

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
CURSO DE PEDAGOGIA

JOSEFA CLAUDILENE ANDRADES DANTAS SILVA

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: uma análise a partir da perspectiva dos professores da educação infantil

IMPERATRIZ-MA
2023

JOSEFA CLAUDILENE ANDRADES DANTAS SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: uma análise
a partir da perspectiva dos professores da educação infantil**

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia da Universidade Federal do
Maranhão, para obtenção do Grau de
Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Manoel Pinto Santos

JOSEFA CLAUDILENE ANDRADES DANTAS SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: uma análise
a partir da perspectiva dos professores da educação infantil**

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia da Universidade Federal do
Maranhão, para obtenção do Grau de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. MANOEL PINTO SANTOS (Orientador)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Profa. CRISTINA TORRES DA SILVA FERREIRA (Examinadora)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. VICENTE MARQUES DE CASTRO NETO (Examinador)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SILVA, Josefa Claudilene Andrades Dantas.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: uma análise a partir da perspectiva dos professores da educação infantil / Josefa Claudilene Andrades Dantas SILVA. - 2023.

51 p.

Orientador(a): Manoel Pinto SANTOS.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Inclusão. 2. Crianças com Necessidades Especiais. 3. Educação Infantil. 4.

I. SANTOS. Manoel Pinto. II. Título.

À minha própria determinação, por nunca desistir, mesmo diante dos desafios mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Neste momento quero agradecer em primeiro lugar a Deus.

Quero expressar minha sincera gratidão a todos que me apoiaram durante a elaboração desta monografia.

Agradeço aos meus familiares pelo incentivo constante meu esposo, meus filhos, Francycleber e Pedro, minha mãe, meus irmãos, em especial minha irmã, Maria Taciane, a qual sou muito grata pelo o incentivo e que me proporcionou esta alegria de estar me formando.

Externo ainda meu agradecimento, ao meu orientador pelo valioso auxílio e orientação, também sou grata aos meus amigos e colegas de curso.

“Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Até meados dos anos 90 do Século XX, os sistemas educacionais, no Brasil, não ofereciam estrutura e nem professores especializados para lidar com alunos com algum tipo de necessidade especial. Somente a partir da Lei 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) as pessoas com deficiência passam a ser legalmente reconhecidas como detentoras de direitos de serem recepcionadas e adequadamente atendidas nos sistemas regulares de ensino. Justifica-se a escolha deste tema pela importância de compreender como ocorre o acolhimento de crianças com necessidades especiais nas salas de aula, considerando que todo ser humano em sua totalidade tem direito de usufruir dos benefícios sociais, como a diversidade e a inclusão, pois é nítido que as escolas sempre estão em busca de melhorias em seus diversos setores. No entanto, existem muitos docentes que não estão capacitados a mediar e trabalhar com a inclusão de crianças com necessidades especiais. A presente pesquisa se orientou pelas seguintes indagações: Como ocorre a inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de educação infantil da Rede Pública Municipal de Grajaú, na visão dos professores? Como as escolas contribuem com a inclusão das crianças com necessidades especiais? Qual a definição de inclusão? O processo de inclusão deve acontecer na educação infantil? Tais questionamentos suscitam a ressignificação do tema nos debates que precisam estar constantemente inseridos entre professores e na comunidade escolar. A pesquisa teve como objetivo geral: compreender como ocorre a inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de educação infantil da Rede Pública Municipal de Grajaú, a partir da percepção dos professores. Para a realização deste estudo, a metodologia baseou-se em uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa através da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas direcionadas a 6 professoras da Educação Infantil, que terão suas identidades mantidos em sigilo; em seguida foi realizada a observação in loco e, ainda, a busca de informações nos registros escritos e fotográficos das instituições escolares componentes da amostra da pesquisa. Conclui-se que os resultados da pesquisa foram alcançados, pois os participantes mediante suas respostas, mostraram o desenvolvimento de estratégias eficazes para envolver todos os alunos, promovendo a interação e colaboração.

Palavras-chave: Inclusão. Crianças com Necessidades Especiais. Educação Infantil.

ABSTRACT

Until the mid-90s of the twentieth century, educational systems in Brazil did not offer structure or specialized teachers to deal with students with some type of special need. Only after Law 9394/1996 (Education Guidelines and Bases Law) did people with disabilities become legally recognized as holders of rights to be received and properly attended to in regular education systems. The choice of this topic is justified by the importance of understanding how children with special needs are welcomed in classrooms, considering that every human being in its entirety has the right to enjoy social benefits, such as diversity and inclusion, as it is clear that schools are always looking for improvements in their various sectors. However, there are many teachers who are not qualified to mediate and work with the inclusion of children with special needs. The present research was guided by the following questions: How does the inclusion of children with special needs in the kindergarten classrooms of the Municipal Public Network of Grajaú occur, in the teachers' view? How do schools contribute to the inclusion of children with special needs? What is the definition of inclusion? Should the inclusion process take place in early childhood education? Such questions raise the re-signification of the theme in the debates that need to be constantly inserted between teachers and the school community. The general objective of the research was: to understand how the inclusion of children with special needs occurs in the kindergarten classrooms of the Grajaú Municipal Public Network, based on the perception of the teachers. To carry out this study, the methodology was based on field research with a qualitative approach through the application of a questionnaire with open and closed questions addressed to 6 teachers of Early Childhood Education, who will have their identities kept confidential; then, on-site observation was carried out and, furthermore, the search for information in the written and photographic records of the school institutions comprising the research sample. It is concluded that the research results were achieved, as the participants, through their responses, demonstrated the development of effective strategies to involve all students, promoting interaction and collaboration.

Keywords: Inclusion. Children with Special Needs. Child Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 BREVE HISTÓRICO: INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	13
2 A QUESTÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DA INCLUSÃO ESCOLAR E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	17
2.1 Compreendendo as necessidades especiais	19
2.2 A sala de aula e a inclusão de alunos com necessidades especiais	24
2.3 Processos formativos do professor quanto à inclusão.....	26
3 METODOLOGIA.	33
3.1 Caracterização da Escola	33
3.2 Sujeitos da Pesquisa	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	49

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 50 a 60, a educação formal era vista como um instrumento de “status” social, além de ser considerado um instrumento de socialização e de formação dos indivíduos. Neste sentido, educação formal representava possibilidade de crescimento e prestígio, ou seja, quem a possuía tinha mais oportunidades de fazer parte da elite social e, conseqüentemente, mais oportunidades nos melhores e mais altos patamares do mercado de trabalho.

Na Tailândia, em 1990, houve a Conferência de Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien, na qual se discutia princípios acerca de uma educação básica que contemplasse e que fosse de acesso a todos e, dentre todas as etapas e modalidades da educação, discutiu-se sobre a educação inclusiva.

A partir daí, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 939/96) assegura aos indivíduos gratuidade na educação básica e ensino acessível a todos, principalmente aos indivíduos com necessidades educacionais e especiais.

Sabe-se que, antes, os sistemas educacionais não ofereciam estrutura e nem professores especializados para lidar com alunos com algum tipo de necessidade especial. Contudo, com os constantes avanços da sociedade, os sistemas de ensino precisaram avançar e repensar suas práticas pedagógicas no âmbito a educação inclusiva, contemplando a diversidade que caracteriza o corpo social. A escola contemporânea deve auxiliar a construção do desenvolvimento físico, emocional, e social da criança com necessidades especiais para que, de fato, ela se torne um cidadão consciente de seu papel como ser humano

Justifica-se a escolha desse tema pela importância de compreender como ocorre o acolhimento de crianças com necessidades especiais nas salas de aula, considerando que todo ser humano em sua totalidade tem direito de usufruir dos benefícios sociais, como a diversidade e a inclusão, pois é nítido que as escolas sempre estão em busca de melhorias em seus diversos setores. No entanto, existem muitos docentes que não estão capacitados a mediar e trabalhar com a inclusão de crianças com necessidades especiais.

O interesse em pesquisar sobre este tema deu-se a partir de minha experiência de um mês em uma sala de aula de educação infantil, na qual, como professora promocional de apoio à uma criança com necessidades especiais, percebi as

dificuldades da mesma em acessar a sala de aula, pois, por ser cadeirante, a escola não dispunha de recursos que pudesse contemplar sua necessidade.

A educação inclusiva, vista na prática, apresenta muitas carências na maioria das escolas, primeiro pela falta de recursos, e depois pela falta de professores capacitados, visto que incluir não é apenas inserir o aluno dentro da sala de aula, e sim tornar esse aluno ativo nos processos de ensino e aprendizagem, respeitando suas limitações, porém oferecendo condições para que de fato ele aprenda e se desenvolva, pois como qualquer outro ser humano, ele tem direitos garantidos por lei.

A presente pesquisa, no entanto, torna-se vantajosa e necessária, pois tenta responder as seguintes indagações: Como ocorre a inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de educação infantil da Rede Pública Municipal de Grajaú, na visão dos professores? Como as escolas contribuem com a inclusão das crianças com necessidades especiais? Qual a definição de inclusão? O processo de inclusão deve acontecer na educação infantil? Tais questionamentos suscitam a ressignificação do tema nos debates que precisam estar constantemente inseridos entre professores e na comunidade escolar.

Para responder tais questionamentos, a pesquisa apresenta o seguinte objetivo geral: - Compreender como ocorre a inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de educação infantil da Rede Pública Municipal de Grajaú, a partir da percepção dos professores. E os seguintes objetivos específicos: - Aprofundar conceitualmente o significado de inclusão; - Aprofundar conhecimento acerca das políticas de inclusão e também quanto à formação de professoras/es; - Identificar possíveis avanços e dificuldades na realização da prática da inclusão em sala de aula; Conhecer as estratégias pedagógicas e didáticas adotadas e consideradas mais eficazes pelas/os professoras/es para atender às necessidades individuais das crianças com necessidades especiais na educação infantil; - Entender o papel desempenhado pelos pais, professores e profissionais de apoio na promoção da inclusão das crianças com necessidades especiais na educação infantil; - Conhecer a opinião das/dos professoras/es acerca do atual ambiente escolar: se está adequado ou inadequado para a efetiva inclusão escolar das crianças com necessidades especiais.

Definir a inclusão faz-se necessário, pois possibilita a compreensão dos aspectos conceituais, bem como permite analisar a sua representatividade na sociedade atual e no ambiente escolar.

No segundo momento da pesquisa, serão abordados aspectos relacionados à identificação dos possíveis avanços e dificuldades encontradas em sala de aula com alunos que apresentam necessidades especiais e como as instituições de ensino desenvolvem estratégias pedagógicas que promova a educação inclusiva de fato.

Outro fator a ser pesquisado e analisado na presente pesquisa diz respeito às políticas de formação de professores para a educação inclusiva e o quanto essas têm contribuído na efetivação de ações de inclusão no ambiente escolar.

Para a realização deste estudo, a metodologia baseou-se em uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa através da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas direcionadas a 6 professoras da Educação Infantil, que terão suas identidades mantidos em sigilo; em seguida será realizada a observação in loco e, ainda, a busca de informações nos registros escritos e fotográficos das instituições escolares componentes da amostra da pesquisadas.

1 BREVE HISTÓRICO: INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inclusão e a educação especial são duas áreas que estão relacionadas, mas apresentam diferenças importantes. A educação especial é um campo da educação que se dedica ao atendimento educacional de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, oferecendo recursos, serviços e apoio pedagógico especializado para esses alunos.

Segundo Sanchez (2005) "a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social."

A inclusão educacional tem um escopo mais amplo e visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade, em igualdade de condições com os demais alunos. A inclusão não se restringe aos alunos com deficiência, mas envolve a promoção da diversidade e a valorização das diferenças.

A política de inclusão de alunos na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (GUENTHER, 2003, p.47).

Essa citação de Guenther enfatiza a importância da política de inclusão na rede regular de ensino não se limitar à presença física dos alunos com deficiência, mas sim, buscar uma mudança de paradigmas e concepções em relação a esses alunos. É fundamental que a escola desenvolva o potencial dessas pessoas, valorizando suas diferenças e atendendo suas necessidades educacionais específicas.

Essa mudança de paradigma envolve uma redefinição do papel da escola e do professor, que passam a ter a responsabilidade de oferecer um ambiente educacional que promova a inclusão e o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Nesse sentido, é preciso considerar não apenas a

inclusão de alunos com deficiência, mas também a inclusão de alunos de diferentes raças, etnias, orientações sexuais, entre outros aspectos.

Portanto, a política de inclusão na educação deve ser vista como um processo contínuo e desafiador, que requer uma mudança de mentalidade por parte de toda a comunidade escolar e um compromisso com a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

Conforme Lima (2006), a legislação é explícita quanto à obrigação das escolas de receber as crianças que se apresentam para a matrícula. Ainda para a autora, é importante que esse acolhimento não seja meramente formal e que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades.

A autora supracitada destaca a obrigatoriedade das escolas em receber todas as crianças, inclusive aquelas com deficiência, quando se apresentam para a matrícula. No entanto, a autora ressalta que o acolhimento não deve ser apenas formal, mas sim efetivo, ou seja, que as escolas devem oferecer condições para que o aluno com deficiência possa desenvolver suas potencialidades de forma integral.

Isso significa que a inclusão não deve ser vista apenas como uma questão de acesso físico, mas sim de acesso a um ambiente educacional que ofereça condições para o desenvolvimento pleno do potencial de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Para que isso seja possível, é necessário que a escola esteja preparada para receber e atender as necessidades específicas de cada aluno com deficiência, o que requer uma postura mais inclusiva e comprometida por parte da comunidade escolar.

Assim, a inclusão na educação não se trata apenas de uma questão de legislação, mas sim de uma mudança de mentalidade e de práticas educacionais que valorizem a diversidade e promovam o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Já a educação especial é uma modalidade de ensino que pode ser oferecida em escolas regulares ou em escolas especializadas, enquanto a inclusão busca a inserção de todos os alunos na escola regular, com atendimento educacional adequado e recursos de apoio pedagógico para aqueles que necessitam.

No campo das Políticas de Interesse à Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil, vale frisar a compreensão de Educação Especial, proporcionada no artigo 3º da Resolução CNE/CEB 02/2001:

[...] modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001)

Essa definição de Educação Especial aponta para a necessidade de se criar condições para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam ter acesso à educação escolar de forma equitativa e inclusiva. É importante destacar que a Educação Especial não deve ser vista como uma educação à parte, mas sim como um conjunto de recursos e serviços que visa garantir a inclusão e a participação plena dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular.

É aceitável entender a importância da Educação Especial, porque seu:

[...] desenvolvimento [...] está estreitamente ligado à preocupação dos educadores com o atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não são beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementarem os existentes. Desta forma, a educação especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos. (MAZZOTTA, 1982, p. 11)

No entanto, é importante lembrar que a Educação Especial não deve ser vista como uma forma de separar e excluir os alunos com deficiência do ensino regular. Pelo contrário, ela deve ser entendida como um conjunto de recursos e estratégias que visam promover a inclusão desses alunos no contexto escolar e garantir que eles tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades de aprendizagem que os demais alunos. Além disso, é fundamental que a Educação Especial seja integrada de forma adequada e complementar à Educação Regular, visando sempre à garantia do direito à educação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e limitações.

Desta forma, faz-se notável ressaltar que:

A clientela da educação especial é bastante diversificada, uma vez que inclui uma grande variedade de alunos com necessidades educacionais especiais as mais diversas. Essas necessidades educacionais especiais [...] decorrem do confronto dos recursos educacionais comuns com as condições individuais de cada aluno. É a presença de necessidades educacionais especiais que vai, portanto, indicar se um aluno deve receber uma educação especial, e não apenas a presença de uma deficiência ou superdotação, tomadas estas como condição individual. (MAZZOTTA, 1982, p. 31)

Essa citação de Mazzotta ressalta a importância de considerar as necessidades individuais de cada aluno na Educação Especial. Não é apenas a presença de uma deficiência ou superdotação que justifica a oferta da educação especial, mas sim as necessidades educacionais especiais decorrentes da interação dos recursos educacionais comuns com as condições individuais de cada aluno. Portanto, é fundamental que a educação especial proporcione recursos e serviços que possam apoiar, complementar, suplementar ou, em alguns casos, substituir os recursos educacionais comuns, garantindo o acesso e o desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

É formidável destacar que a educação especial tem um papel fundamental na promoção da inclusão, oferecendo recursos e apoio para que os alunos com deficiência possam se desenvolver e participar ativamente da vida escolar e social. No entanto, a inclusão vai além da educação especial, abrangendo questões mais amplas como a acessibilidade, a promoção da diversidade e o respeito às diferenças.

2 A QUESTÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DA INCLUSÃO ESCOLAR E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Muito se ouve falar sobre o termo inclusão. No entanto, o que significa este termo? De acordo com o dicionário Aurélio (2010), o termo incluir significa “inserir algo, em algum lugar”. Trazendo para o contexto referente a seres humanos, inclusão tem a ver com inserir pessoas em um determinado ambiente.

Se tratando da esfera educacional Mittler (2000, p.25) destaca que:

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Diante da afirmação do autor supracitado, é preciso que as escolas repensem suas ações, de tal maneira que possam vir a criar um ambiente escolar que permita a inclusão das crianças, respeitando suas individualidades e contemplando suas necessidades.

Para isso, é fundamental que haja uma mudança de paradigma, em que a escola deixe de ser um local apenas de transmissão de conhecimento, mas sim um espaço de convivência e aprendizado mútuo, que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades.

A escola que adota uma visão inclusiva oferece a seus alunos a oportunidade de desenvolver suas habilidades e potencialidades de maneira plena, e contribui para a formação de cidadãos mais respeitosos e tolerantes.

Para Strieder e Zimmmerman (2013, p.145),

Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade.

Realizar estas mudanças requer metodologias que possam contribuir para o desenvolvimento integral da criança, pois a escola precisa rever suas capacidades de adaptação, tanto na parte estrutural, quanto nos processos de ensino e aprendizagem.

Strieder e Zimmmerman (2000, p.146) ainda acrescentam que,

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humano.

A inclusão escolar e a educação especial são temas de grande importância no âmbito da educação contemporânea. Ambos os conceitos estão relacionados à busca por uma educação que promova o desenvolvimento pleno e igualitário de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

A inclusão escolar se refere à garantia do acesso e da permanência de todos os alunos na escola, independentemente de suas diferenças físicas, culturais, sociais, econômicas e cognitivas. Nesse sentido, a inclusão escolar se apresenta como uma possibilidade de superação das desigualdades educacionais, por meio da promoção de uma escola para todos, que valorize a diversidade e que tenha como objetivo a aprendizagem para todos.

Por sua vez, a educação especial é uma modalidade de ensino que se destina a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa modalidade de ensino é regulamentada nos sistemas educacionais brasileiros e tem como objetivo oferecer atendimento educacional especializado e complementar às necessidades específicas desses alunos.

No entanto, é importante ressaltar que a educação especial não se apresenta como uma solução isolada para as necessidades educacionais dos alunos com deficiência, mas se insere no contexto da inclusão escolar. Nesse sentido, a educação especial deve ser pensada como um recurso a ser utilizado em benefício da inclusão, contribuindo para a promoção da aprendizagem de todos os alunos.

Portanto, a questão teórico-conceitual da inclusão escolar e da educação especial envolve o entendimento de como esses conceitos se relacionam e se complementam dentro de uma perspectiva de educação para todos. Assim, a inclusão escolar e a educação especial se apresentam como estratégias importantes para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que a diversidade seja valorizada e respeitada.

2.1 Compreendendo as necessidades especiais

A educação é considerada direito de todos, dever do Estado e família, sendo promovida e incentivada juntamente com a sociedade, propiciando o desenvolvimento pessoal, o preparo para exercer a cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Conforme estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988, a educação é reconhecida como um direito fundamental de todos os cidadãos. É dever do Estado e da família garantir o acesso à educação, e a sociedade como um todo deve promover e incentivar esse processo. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal dos indivíduos, preparando-os para exercer a cidadania plena e fornecendo a qualificação necessária para o mercado de trabalho.

Pode ser vista também, como um fator de coesão, que deve levar em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, sendo o respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos um princípio fundamental das práticas educativas. Com isso, os sistemas educativos devem ter o respeito pelo pluralismo, com a riqueza das expressões culturais dos vários grupos sociais que compõem a sociedade, e pela multiplicidade dos talentos individuais (DELORS et al., 1998).

A educação também pode ser vista como um fator de coesão social, levando em consideração a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos. O respeito pela diversidade e pela especificidade de cada indivíduo é um princípio fundamental das práticas educativas. Os sistemas educativos devem valorizar o pluralismo, reconhecendo e respeitando as diferentes expressões culturais dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade, assim como a multiplicidade dos talentos individuais. Essa abordagem inclusiva e respeitosa contribui para a promoção da igualdade, da inclusão e da valorização da diversidade na sociedade.

A importância da educação fica expressa na compreensão das políticas públicas brasileiras como o alicerce e a necessidade primária para o cumprimento da cidadania e acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram à população o direito a uma educação de qualidade, compreendida como um processo educativo que leve os educandos a uma formação omnilateral e cidadã (LIMA, 2001). Essa escola de qualidade através de conteúdos e das relações sociais que proporciona, propicia o

desenvolvimento humano na sua plenitude, condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (BRASIL, 2013).

Compreender as necessidades especiais é fundamental para garantir a inclusão e o respeito aos direitos de todas as pessoas, independentemente de suas limitações ou diferenças. Quando temos essa compreensão, somos capazes de criar ambientes acessíveis e adequados para que todas as pessoas possam participar e desenvolver seu potencial.

Além disso, quando compreendemos as necessidades especiais, somos capazes de oferecer melhores serviços e atendimento, seja em áreas como saúde, educação, transporte, entre outras. Isso significa que podemos oferecer soluções mais eficazes e eficientes para essas pessoas, que muitas vezes enfrentam barreiras e dificuldades no dia a dia.

No Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos oficiais, que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores para a educação inclusiva, numa tentativa de diminuir os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção (ALMEIDA et al., 2007).

Essas políticas têm como objetivo reduzir os efeitos da exclusão e atender à nova abordagem educacional, que busca ensinar a todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades. Dessa forma, é promovido o princípio de igualdade na educação, buscando eliminar as barreiras que impedem a participação plena e significativa de todos os estudantes no ambiente escolar.

Também é importante destacar que compreender as necessidades especiais é um passo importante para desconstruir preconceitos e estereótipos. Ao reconhecer e valorizar as diferenças, podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas tenham chances iguais de desenvolverem suas habilidades e talentos.

A Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, traz educação especial, como uma modalidade de educação escolar, sendo oferecida preferencialmente pelo ensino regular, para alunos com necessidades especiais, oferecendo quando necessário serviço de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial, sendo dever constitucional do Estado, oferecer educação especial (BRASIL, 1996).

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas deveriam acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Isso significa que as escolas devem adotar uma abordagem inclusiva, garantindo igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. A declaração destaca a importância de uma educação inclusiva, que valorize a diversidade e promova a participação plena e significativa de todos os estudantes no ambiente escolar.

Segundo Mantoan (2006), os sistemas escolares estão formados no princípio que recorta a realidade, dividindo alunos em normais e deficientes, o ensino em regular e especial, e fazendo professores em especialistas sobre diferentes necessidades especiais. Construindo uma lógica com visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista própria do pensamento científico moderno, ignorando o subjetivo, afetivo, criador, não conseguindo assim romper o velho modelo escolar, para efetivar a mudança que a inclusão busca.

Essa abordagem reflete uma lógica determinista, mecanicista, formalista e reducionista, característica do pensamento científico moderno, que negligencia aspectos subjetivos, afetivos e criativos. De acordo com a autora, essa divisão entre educação regular e especial impede a superação do antigo modelo escolar, dificultando a efetivação das mudanças que a inclusão busca promover. Para alcançar a inclusão, é necessário romper com essa lógica e adotar uma abordagem mais ampla e holística, que reconheça a diversidade e promova a participação de todos os alunos no contexto educacional.

Deve-se ressaltar que a "educação inclusiva é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula" e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade (MOREIRA, 2006).

A educação inclusiva não se trata apenas de inserir alunos com necessidades especiais em sala de aula, mas sim de aceitar e valorizar as diferenças. Para alcançar a inclusão, é necessário promover transformações no sistema de ensino, que envolvam o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos e a capacitação dos professores para incluir todos os alunos em todas as atividades

escolares. Além disso, é fundamental trabalhar a questão do respeito e da dignidade, promovendo um ambiente educacional acolhedor e inclusivo para todos. A educação inclusiva busca proporcionar oportunidades igualitárias e uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Pensar em uma escola inclusiva significa pensar em uma escola para cada um, isto é, em uma escola em que cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, utilizando os recursos e metodologias que proporcionem o seu aprendizado e desenvolvimento (MIRANDA, 2001).

Uma escola inclusiva deve ser capaz de oferecer suporte e adaptações curriculares para que cada aluno possa desenvolver suas potencialidades e superar suas limitações. Isso implica em uma mudança de postura por parte da escola, que não pode mais se limitar a reproduzir modelos de ensino que não levam em consideração a singularidade de cada aluno.

Para que a escola seja inclusiva, é necessário quebrar preconceitos e barreiras, e trabalhar para que todos os alunos se sintam acolhidos e valorizados. É importante também oferecer oportunidades de convivência e interação entre alunos com diferentes necessidades, de forma que possam aprender com as diferenças e se desenvolver como seres humanos.

Deve-se lembrar que a educação inclusiva não envolve apenas governo, leis, escolas e alunos. Lima (2010) refere ser o professor o agente principal, estando mais envolvido e sendo o responsável maior no processo inclusivo e educativo da criança. Silva (2003) aponta que no trabalho de inclusão é preciso envolver também a família como coparticipante no apoio ao aluno, possibilitando assim um trabalho integrado entre escola, família e profissionais. A parceria entre escola inclusiva e família é fundamental no processo de inclusão, a fim de quebrar barreiras na participação e inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais (RODOVALHO, 2005).

A participação da família é fundamental para a efetivação do processo de inclusão escolar. Quando a escola e a família trabalham juntas, é possível criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos.

A família é um dos principais atores no processo de inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência. É importante que a família esteja envolvida em todas as etapas desse processo, desde a identificação das necessidades

educacionais especiais até a implementação do plano de atendimento educacional especializado (PAEE).

A participação da família é fundamental para o sucesso do processo de inclusão, pois é a família que conhece as habilidades, desafios e limitações do seu filho e pode contribuir para a elaboração de estratégias e atividades adequadas ao perfil da criança. Além disso, a família pode auxiliar na adaptação do ambiente escolar e orientar os professores e demais profissionais da escola sobre as necessidades específicas do seu filho.

Garcia et al. (2006) destacam que para que um programa de inclusão escolar tenha sucesso, este deverá envolver a família do educando e permitir sua coparticipação na assistência e no desenvolvimento do aluno, possibilitando um trabalho conjunto entre escola, família e profissionais, no qual a família contribui com a escola por meio de informações, sugestões, críticas e solicitações, que sinalizarão os caminhos que a escola deve seguir.

Além da participação da família para efetivação do processo de inclusão escolar, Silva et al. (2012) trazem que a formação do profissional é o fator principal para a efetivação da escola inclusiva, necessitando que o professor acredite na criança como um ser cognoscente e que ele é a principal peça para que a criança se desenvolva, sendo necessário adotar estratégias durante o processo educacional.

Estratégias estas que serão elaboradas diante do conhecimento do professor sobre seu aluno, sobre suas capacidades e necessidades, visto que a aprendizagem efetiva promove desenvolvimento, acontecendo por meio da mediação do professor, grupos, instrumentos utilizados e até mesmo de reflexões sobre os aprendizados anteriores (TOLEDO; MARTINS, 2009).

Durante este processo é necessário que os professores acolham os alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs), o que exige deste mudanças em seu comportamento, visando um acolhimento pautado em princípios éticos, igualitários e solidários (TOLEDO; MARTINS, 2009).

Os professores são responsáveis por criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos, seja qual for sua origem ou habilidades. Eles devem estar treinados para entender as necessidades educacionais dos alunos com necessidades especiais e garantir que eles tenham acesso a recursos, apoio e oportunidades de aprendizado adequados. Além disso, os professores devem ser capazes de identificar

e desafiar os estereótipos e preconceitos que podem impedir a inclusão de alguns alunos. Em resumo, o professor é o principal agente de mudança na promoção da educação inclusiva e equitativa.

2.2 A sala de aula e a inclusão de alunos com necessidades especiais

A sala de aula é um espaço que pode ser muito desafiador para alunos com necessidades especiais. Esses alunos podem ter dificuldades em acompanhar o ritmo da turma, em participar das atividades e em se comunicar com colegas e professores. No entanto, a inclusão desses alunos na sala de aula é fundamental para sua integração na sociedade e para seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

Para garantir um ambiente inclusivo, é importante que professores e escolas estejam preparados para lidar com as necessidades especiais de cada aluno. Isso pode envolver a adoção de estratégias de ensino diferenciadas, como a utilização de recursos audiovisuais, adaptações de materiais e atividades e o uso de tecnologias assistivas.

Os assuntos relacionados às necessidades especiais foram amplamente divulgados durante o evento denominado Declaração de Salamanca (1994) que discutia sobre as políticas de direitos educacionais que visassem atender as necessidades de aprendizagem de todos os alunos.

Ao matricular na escola o aluno com necessidades especiais, não significa incluí-lo. Inserir a criança em uma sala de aula e não a priorizá-la quanto às suas carências é negar os direitos que vêm sendo garantido. No entanto, é preciso que a escola ofereça condições estruturais e processos formativos de aprendizagem docente, pois assim, com este apoio, as possibilidades de uma aprendizagem significativa.

De acordo com Aguiar (2004, p.15):

[...]as escolas devem acomodar todas as crianças, possibilitando que elas aprendam juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, quer sejam de origens física, intelectual, social, emocional, linguística ou outras. Assim, os gestores devem ser capazes de reconhecer e responder às diversas necessidades de seus discentes, respeitando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade escolar.

As escolas têm a responsabilidade de acolher todas as crianças, proporcionando-lhes a oportunidade de aprender juntas, independentemente das dificuldades ou diferenças que possam apresentar, sejam elas de natureza física, intelectual, social, emocional, linguística ou outras. Nesse sentido, os gestores escolares devem ser capazes de identificar e atender às diversas necessidades dos estudantes, respeitando seus estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo uma educação de qualidade para todos. Isso pode ser alcançado por meio de um currículo adequado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade escolar.

É necessário que os estabelecimentos de ensino primem pela valorização da criança com necessidades especiais em todos os sentidos, ofertando condições acessíveis e que permitam uma escolarização eficaz. E, para que isso ocorra, a escola precisa refletir sobre a inclusão livre de preconceitos.

A exclusão e a inclusão sempre estiveram presentes na sociedade, no âmbito escolar, estes fatores ocorrem concomitantemente. Porém, a LDB, estabelece que as instituições de ensino são obrigadas a matricular todas as crianças, como prevê a Constituição Brasileira

[...] a Constituição Federal, determina no art. 205 que a educação é direito de todos, e a Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, que define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários. Esse apoio pode constituir parte do atendimento educacional especializado (previsto no art. 208 da Constituição Federal) e pode ser realizado na parceria com o sistema público de ensino.

O papel da escola é ensinar, dessa forma deve considerar que a criança é um ser com potencialidades de aprendizagem, portanto a escola deve progredir em relação aos limites e necessidades as crianças especiais. O saber é um direito que deve ser usufruído por todos.

Sabe-se que as estruturas físicas das instituições escolares são precárias. Porém, os órgãos governamentais têm contribuído neste quesito, com verbas destinadas aos programas de acessibilidade nas escolas.

De acordo com Brasil, (2013, p.07):

Promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o

direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações.

O Ministério da Educação tem a responsabilidade de promover a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência em todas as etapas da educação básica e superior. Para isso, existem diversas políticas públicas e programas voltados para garantir o acesso e permanência desses alunos na escola, bem como o atendimento educacional especializado e a formação de professores para o trabalho com a diversidade.

Algumas das ações realizadas pelo Ministério da Educação incluem a disponibilização de recursos e materiais acessíveis, como livros em braille e audiodescrição, a oferta de tecnologias assistivas e a adaptação de espaços físicos para garantir a acessibilidade arquitetônica. Além disso, o ministério promove a inclusão por meio da capacitação de professores para o trabalho com a diversidade e da oferta de atendimento educacional especializado para alunos com deficiência.

Vale ressaltar que a inclusão escolar é um direito garantido por lei e que cabe aos gestores educacionais, incluindo o Ministério da Educação, garantir as condições necessárias para que todos os alunos possam exercê-lo plenamente.

Os recursos advindos do governo são para que a escola trabalhe com compromisso pela inclusão, promovendo uma estabilidade que o processo de ensino e aprendizagem seja eficaz

2.3 Processos formativos do professor quanto à inclusão

Todo professor deve apoiar seus alunos independente de suas condições, sem fazer distinções, uma vez que, a eles são assegurados os direitos de matrículas na rede de ensino regular.

Segundo (Oliveira; Souza, 2011, p.247):

Em 1988, a Lei 7853/89 assegurou vários direitos aos alunos com necessidades educacionais especiais: matrícula compulsória em escolas públicas e privadas de ensino; oferta obrigatória de Programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino; oferta de Programas de Educação Especial; oferta de material escolar, merenda e bolsa de estudos. Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, na qual foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que enfatizou a importância da educação para os sujeitos excluídos social e educacionalmente.

Ao incluir estes alunos na escola, a mesma passa a adotar metodologias de uma forma diferenciada de ensino voltado às crianças com deficiência. Aperfeiçoar a qualidade de ensino e o espaço físico para de fato haja a inclusão, seria transformar significativamente a educação de forma ampla, pois um está atrelado ao outro, promovendo uma qualidade melhor da educação infantil. No entanto, a melhoria da ação educativa não depende exclusivamente da existência destes objetos, mas está condicionada ao uso que fazem deles os professores junto às crianças com as quais trabalham. Os professores preparam o ambiente para que a criança possa aprender de forma ativa na interação com outras crianças e com os adultos (MEC 1998, p.68).

Essa afirmação é muito importante e verdadeira. A existência de objetos e recursos pedagógicos é fundamental para a melhoria da ação educativa, mas o seu uso efetivo depende do papel ativo dos professores na preparação do ambiente de aprendizagem.

Os professores são responsáveis por criar um ambiente que permita às crianças aprender de forma ativa e interativa, fornecendo estímulos, desafios e oportunidades de aprendizagem adequados às suas necessidades e características individuais.

Além disso, os professores devem ser capazes de adaptar os recursos e materiais pedagógicos às necessidades específicas de cada criança, garantindo que eles sejam usados de forma apropriada e efetiva.

Portanto, é fundamental que os professores tenham uma formação sólida e continuada, que lhes permita desenvolver habilidades e competências necessárias para planejar e implementar estratégias pedagógicas efetivas, que envolvam o uso adequado dos recursos e materiais disponíveis em favor do aprendizado das crianças.

Magalhães (2006, p. 359 apud OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 248- 249) ainda complementa que:

[...] uma concepção de prática pedagógica diferenciada e inclusiva que está ancorada na tese de que a heterogeneidade dos alunos deve ser respeitada e, portanto, o aluno com deficiência tem direito e necessidade de participar e de ser considerado membro ativo, no interior da comunidade escolar.

Desta forma, o professor precisa apropriar-se de seu papel como agente que promove a inclusão das crianças com necessidades especiais. Porém o que muito se

percebe, é que alguns desses agentes demonstram resistência, ora pelo fato de a escola não ter um ambiente adequado, ora por alegar que não estão preparados para lidar as necessidades específicas das crianças.

Essa afirmação reforça a importância da prática pedagógica inclusiva, que deve respeitar a diversidade dos alunos e considerar cada um deles como um membro ativo e importante da comunidade escolar.

O aluno com deficiência não deve ser visto como uma exceção ou como um problema a ser resolvido, mas sim como um indivíduo com direitos e necessidades específicas, que precisam ser atendidas para que ele possa participar plenamente da vida escolar e desenvolver todo o seu potencial.

Portanto, a prática pedagógica diferenciada e inclusiva deve ser baseada na valorização da diversidade, na promoção da igualdade de oportunidades e na garantia de que todos os alunos tenham acesso aos mesmos recursos e possam participar ativamente do processo educativo. Isso implica em adaptar os métodos e recursos pedagógicos às necessidades individuais de cada aluno, promover a interação e a colaboração entre os alunos e respeitar suas diferenças e singularidades.

Conforme Tardif (2002, p.106):

Compreender os saberes dos professores é compreender, portanto, sua evolução e suas transformações e sedimentações sucessivas ao longo da história de vida e da carreira, história e carreira essas que remetem a várias camadas de socialização e de recomeços.

Tardif destaca a importância de compreender a complexidade e a diversidade dos saberes dos professores, que são fruto de uma trajetória de vida e de formação marcada por múltiplas influências e experiências.

Os saberes dos professores não se resumem apenas aos conhecimentos adquiridos nos cursos de formação inicial e continuada, mas também incluem experiências de vida, práticas pedagógicas, valores, crenças, cultura e história pessoal e profissional. Esses saberes são dinâmicos e evoluem ao longo do tempo, em função das experiências vivenciadas pelos professores e das mudanças no contexto educacional e social.

Compreender os saberes dos professores, portanto, é fundamental para compreender as práticas pedagógicas adotadas por eles e identificar as possíveis barreiras e desafios que podem afetar o processo educativo. Além disso, a valorização

e o reconhecimento dos saberes dos professores são essenciais para o fortalecimento da profissão docente e para a promoção de uma educação de qualidade e inclusiva.

É preciso que a escola promova às suas discentes oportunidades de capacitação e/ou formações voltadas para a inclusão de criança com necessidades educacionais. Outra atitude muito importante é a conscientização da comunidade escolar, é preciso imputar o respeito, os direitos, as diferenças, e, acima de tudo combater o preconceito, que ainda é muito latente em nosso país.

Nas afirmações de Ferreira e Ferreira:

Nesse sentido, fica patente o despreparo dos educadores em geral quanto ao conhecimento sobre as peculiaridades de um determinado tipo de deficiência/incapacidade, e este é um aspecto que se destaca nesta trama, principalmente pela ausência de uma política de formação continuada capaz de promover o desenvolvimento profissional dos professores, [...] uma vez que não tiveram em sua formação inicial um eixo capacitador para a educação na perspectiva da diversidade (2007, p.38).

A citação destaca a falta de preparo dos educadores em relação às especificidades das deficiências/incapacidades dos alunos e a ausência de uma política de formação continuada que possa promover o desenvolvimento profissional dos professores nessa área. Além disso, aponta para a ausência de um eixo capacitador para a educação na perspectiva da diversidade na formação inicial dos professores. Tudo isso evidencia a necessidade de investimentos em formação continuada e inicial para que os educadores possam lidar de forma mais efetiva e inclusiva com a diversidade presente em suas salas de aula.

“É imprescindível, portanto, investir na criação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. A partir dessa, seria possível a abertura de espaços de reflexão, e escrita sistemática entre grupos interdisciplinares, dispostos a acompanhar, sustentar e interagir com o corpo docente.” (MEC, 2005, p.22)

É fundamental investir na implementação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. Essa política possibilitaria a criação de espaços de reflexão e escrita sistemática, envolvendo grupos interdisciplinares dispostos a apoiar, sustentar e interagir com o corpo docente. Isso ressalta a importância de promover o desenvolvimento profissional constante dos educadores, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem e troca de experiências, visando aprimorar a qualidade da educação.

Neste caso, Mittler (2003, p.35) confirma que “a inclusão implica que todos os professores têm direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”.

A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e receber uma preparação adequada em sua formação inicial em educação, assim como de buscar um desenvolvimento profissional contínuo ao longo de sua carreira. Isso ressalta a importância de fornecer aos educadores as competências, conhecimentos e recursos necessários para atender às demandas da educação inclusiva, promovendo uma formação inicial sólida e oportunidades de aprendizado ao longo da vida profissional.

De fato, a formação adequada dos professores é fundamental para garantir o sucesso da inclusão escolar. O autor, ressalta a importância de que todos os professores recebam uma formação inicial que inclua a compreensão da diversidade dos alunos e suas necessidades educacionais especiais, bem como estratégias para atender a essas necessidades. Além disso, é fundamental que os professores tenham acesso a programas de formação continuada ao longo de sua vida profissional, para se manterem atualizados e capacitados para lidar com as demandas da educação inclusiva. Somente assim será possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade.

As autoras Zulian e Freitas (2001), para tornar possível a inclusão, a formação do professor deve estar alicerçada no estabelecimento de parcerias entre os envolvidos no processo educativo – dentro e fora da escola – e na criação e compreensão de enfoques curriculares, metodológicos e estratégias que possibilitem a construção coletiva do conhecimento.

A formação do professor para a inclusão requer a construção de parcerias entre todos os envolvidos no processo educativo, dentro e fora da escola, bem como a adoção de abordagens curriculares, metodológicas e estratégias que permitam a construção coletiva do conhecimento. Para elas, essa formação deve considerar a diversidade dos alunos e suas necessidades educacionais especiais, bem como promover a reflexão sobre as práticas pedagógicas e o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para o atendimento educacional inclusivo.

Zulian e Freitas (2012 apud INGLES; SCHNECKENBERG; GASPARELO, 2014, p. 12) consideram que não se pode conceber a questão da educação inclusiva sem pensar na formação do professor e em práticas educativas diferentes voltadas ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação. Isto, porque a inclusão de alunos portadores de necessidade educativas especiais (PNEE) em escolas regulares abrange a realidade do momento. Portanto ao se pensar o desafio de incluir alunos PNEE em sala de aula, o professor precisa buscar recursos que os beneficiem e atendam suas reais necessidades.

A importância da formação do professor e do uso das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto da educação inclusiva. Eles argumentam que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares é uma realidade atual. Nesse sentido, ao enfrentar o desafio de incluir esses alunos na sala de aula, o professor precisa buscar recursos que beneficiem e atendam às suas necessidades específicas.

Fávero assegura:

[...] aceitar a formação profissional como um processo significa aceitar, também, que não existe separação entre formação pessoal e profissional. Implica reconhecer que não há uma formação 'fora' de qualquer relação com os outros, mas 'dentro' da relação com a realidade concreta. (2001, p. 67)

Fávero afirma que aceitar a formação profissional como um processo implica reconhecer que não há separação entre formação pessoal e profissional. Além disso, destaca que a formação ocorre dentro das relações com os outros e com a realidade concreta, não existindo uma formação isolada ou desvinculada desses aspectos.

Já no que se refere, especificadamente, à formação de professores para atender a política de inclusão, o Ministério da Educação já vem a muito apontando a necessidade de incorporar conteúdos sobre necessidades educacionais especiais em todos os cursos de graduação, principalmente na área de formação de professores, tanto Pedagogia com demais Licenciaturas (BRASIL, 1994; 1999; 2002)

Essa orientação visa preparar os futuros educadores para lidar de forma adequada e inclusiva com alunos que possuam necessidades especiais.

Desta maneira, é fundamental que o processo de formação possibilite aos professores identificar os mecanismos escolares que geram a exclusão, bem como conhecer os processos que favorecem a organização de uma escola inclusiva,

especialmente nos aspectos referentes à gestão escolar, à organização curricular e à avaliação de desempenho (VITALIANO, 2010).

É essencial que a formação dos professores inclua uma reflexão crítica sobre as estruturas e práticas educacionais que geram a exclusão de alguns alunos. Além disso, é importante que os professores sejam capacitados para desenvolver estratégias pedagógicas e metodologias que favoreçam a inclusão e a diversidade na sala de aula. A gestão escolar também tem um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva, garantindo recursos e condições adequadas para a educação de todos os alunos. Por fim, a avaliação de desempenho deve considerar as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo a equidade e a justiça no processo educativo.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho foi uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é uma abordagem que busca compreender e explorar profundamente as experiências, perspectivas e significados dos participantes em relação a um fenômeno específico.

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (POPE; MAYS, 2005, p.13).

Essa citação aborda de forma sucinta e precisa a natureza fundamental da pesquisa qualitativa e seu foco na interpretação dos fenômenos sociais com base nos significados atribuídos pelas pessoas. Ela ressalta a ênfase da pesquisa qualitativa na compreensão dos aspectos subjetivos das experiências humanas e como essas experiências moldam a maneira como as pessoas percebem e interagem com o mundo social.

Na pesquisa qualitativa empregada no trabalho utilizou-se a entrevista como uma das técnicas mais utilizadas para coletar dados e obter insights profundos sobre as perspectivas, experiências e significados dos participantes em relação a um determinado fenômeno. Ela permite que os pesquisadores obtenham informações detalhadas e contextuais, além de explorar emoções, valores, motivações e entendimentos subjacentes.

3.1 Caracterização da Escola

A escola, leva o nome em homenagem a uma professora no qual contribuiu muito para educação de Grajaú.

A referida escola está localizada no bairro Extrema, Rua Santa Maria s/n, bairro com estrutura de pavimentação com ruas asfaltadas calmas e arborizada água da rede pública, energia da rede pública e coleta de lixo periódica, têm prédio próprio e como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. Fundada em 29 de abril de 2013, na gestão do então prefeito municipal Júnior de Sousa Otsuka com

recursos do governo federal. É uma instituição compreendida com o ensino e aprendizagem de crianças com faixa etária entre 3 a 4 anos de idade.

Foi a primeira creche intitulada pró-infância construída em Grajaú. Assim a escola nasceu da necessidade de um espaço propício onde as mães possam matricular seus filhos num espaço mais amplo e planejado para amenizar a grande demanda do bairro. O funcionamento tradicional da escola é em dois turnos, matutino e vespertino, atendimento de segunda a sexta das 07hs 15 min às 11 h 15 min, e das 13 h min às 17h15min, atendendo 335 crianças é para atender essa demanda a instituição conta com a colaboração de 61 funcionários ocupando diferentes funções como: 01 diretora administrativa, 01 coordenadora pedagógica, 02 auxiliares administrativas, 32 professores, 01 agente de portaria, 02 vigias noturnos. A escola possui 12 salas incluindo uma sala de multimídia, salas amplas, climatizadas, algumas com banheiro próprio, ainda oferece para a diversão das crianças um pátio com balanços.

A escola, atende 36 alunos especiais, em salas de recursos e educação inclusiva em salas de ensino regular, que são acompanhadas por seus professores cuidadores. Dentre eles a maioria autistas, com paralisia facial, baixa visão e cadeirantes.

O Projeto Pedagógico foi elaborado com o coletivo da escola com a participação da comunidade reformulado anualmente, com o objetivo de trabalhar família e escola Sempre com responsabilidade, sendo o foco principal as crianças que ali estudam. Enfim ao longo dos seus 10 anos vem desenvolvendo efetivamente primar pela educação de qualidade considerando os aspectos individuais de cada aluno e seu ritmo de aprendizagem, estimulando ainda o desenvolvimento da autonomia, a parceria família-escola favorecendo a formação de cidadãos aptos a realidade social.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com seis professoras da Educação Infantil de uma escola, localizado no bairro Extrema, Rua Santa Maria, s/n, no município de Grajaú-MA. Sendo elas, 1ª professora, casada, 35 anos, trabalha com a educação especial há 7 anos, graduada em Pedagogia. 2ª Professora, solteira, 29 anos, atua na

educação especial há 4 anos, graduada em Pedagogia. 3ª Professora, casada, 45 anos, está há 8 anos lecionando na educação especial, graduada em Pedagogia. 4ª Professora, casada, 52 anos, leciona há 10 anos na educação especial, formada em Pedagogia. 5ª Professora, solteira, 32 anos, trabalha há 5 anos na educação especial, formada em Pedagogia. 6ª Professora, casada, 48 anos, leciona há 6 anos na educação especial, graduada em Pedagogia.

A coleta de dados da pesquisa se concretizou por meio de uma entrevista, contendo seis questões abertas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo abordaremos os resultados, e por conseguinte, foram elaboradas as discussões sobre as respostas dadas pelas professoras participantes da entrevista.

Questão 1- Que avanços você identifica em sua escola que favorecem a realização da prática da inclusão em sala de aula?

1ª Professora. Conhecimento sobre o aluno, ter uma qualificação profissional, adaptação de estruturas físicas da escola, promover convivência e diversidade no ambiente.

2ª Professora. Os avanços Educação Inclusiva por meio da implantação de programas e ações articuladas para a formação continuada de professores para atuarem na Educação Especial.

3ª Professora. Maior conhecimento sobre a educação inclusiva por parte dos profissionais, buscando constantemente a respeito da inclusão. Outro avanço é a inserção dos profissionais de apoio em sala de aula.

4ª Professora. Parceria com os pais, pois é mais eficaz quando esta existe, a escola, os pais e alunos devem sempre buscar esse vínculo de convivência, assim se torna mais fácil a inclusão dentro da instituição escolar.

5ª Professora. Medidas de apoio individual, adaptações razoáveis de acordo com as necessidades de cada aluno. Promover a convivência e diversidade no ambiente escolar.

6ª Professora. Cita-se como avanço para a prática da inclusão na sala de aula o uso de recursos tecnológicos e didáticos, e, também a capacitação de professores e de profissionais que auxiliam o professor em sala de aula (acompanhantes).

Nota-se que as professoras relatam como pontos negativos, as dificuldades de qualificação de professores e profissionais para atuarem na Educação Especial, da estrutura física da instituição escolar, a não participação dos pais na dentro do ambiente escolar. Já como pontos positivos, elas ressaltam, a inserção do profissional de apoio em sala de aula e o uso de recursos tecnológicos e didáticos.

O desprezo em relação a abrangência didática é comprovado nas escolas brasileiras que, em sua maioria, não possuem o aporte necessário para recepcionar os alunos com deficiência, uma vez que suas infraestruturas são inadequadas, seus docentes são despreparados e os materiais de ensino não são adaptados segundo as necessidades individuais. Sendo assim, os alunos que estão matriculados no ensino regular e necessitam de atendimento especial, majoritariamente, estão sem o receber, causando a denominada “inclusão-excludente” para se referir à lógica perversa mascarada nas políticas de generalização da Educação Básica. (FREITAS, 2002).

A citação de Freitas (2002) menciona o termo "inclusão-excludente", que se refere à contradição presente nas políticas de generalização da Educação Básica, onde a intenção de inclusão nem sempre é adequadamente implementada, resultando em exclusão de fato para muitos alunos com necessidades especiais.

Nos últimos anos, tem havido esforços para melhorar a inclusão nas escolas brasileiras, incluindo a implementação de leis e diretrizes voltadas para a educação inclusiva. No entanto, a realidade ainda é complexa e variável, com muitos desafios persistindo.

Portanto, a conscientização da sociedade em geral sobre a importância da inclusão e o respeito às necessidades individuais dos alunos com deficiência desempenham um papel fundamental na promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva.

Questão 2- Que dificuldades você identifica na realização da prática da inclusão em sala de aula?

1ª Professora. A falta de materiais, recursos e equipamentos adaptados aos alunos, a falta de formação de professores, a dificuldade da escola em lidar com a família e a diversidade de alunos, entre outros.

2ª Professora. As dificuldades incluem a falta de materiais, recursos e equipamentos adaptados aos alunos com deficiência.

3ª Professora. São muitas as dificuldades existentes, falta de recursos que contemplem as necessidades das crianças com deficiência, número elevado de crianças em sala de aula, formação continuada adequada sobre a Educação Inclusiva.

4ª Professora. A falta de recursos, de capacitação, dificuldade de interação social, necessidades individuais variadas e estrutura física inadequada, falta de acessibilidade nas escolas, como, rampas de acesso, banheiros adaptados, entre outros.

5ª Professora. Investimentos insuficientes para implantar os recursos de acessibilidade aos alunos. A falta de tecnologia assistiva, entre outros.

6ª Professora. A falta de espaço físico adequado.

As participantes da pesquisa destacam como dificuldades na realização da prática da inclusão em sala de aula, a falta de materiais, falta de formação continuada adequada sobre a educação inclusiva aos professores, estrutura física inadequada sem nenhuma acessibilidade, entre outros.

Com a responsabilidade de formar cidadãos éticos e comprometidos com uma sociedade melhor, a escola precisará adaptar-se a essa realidade inovadora e

preparar seu corpo docente e gestores para administrarem e executarem essas mudanças de forma eficiente, garantindo aos alunos, inclusive e principalmente os “especiais” seu direito a educação assegurada. (OLIVEIRA, 2015, p. 27).

Quanto à inclusão de alunos com necessidades especiais, é crucial que as escolas se adaptem para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso envolve não apenas a adaptação de infraestrutura física e materiais didáticos, mas também a capacitação dos professores para atender às necessidades individuais de cada aluno. Os gestores escolares desempenham um papel fundamental na criação de políticas e práticas inclusivas e na promoção de um ambiente acolhedor e respeitoso para todos os estudantes.

A citação de Oliveira destaca que a educação inclusiva não é apenas um direito, mas também uma responsabilidade da escola. Ao se adaptar e promover a inclusão de forma eficaz, a escola está contribuindo para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, tenham acesso igualitário à educação e possam desenvolver todo o seu potencial.

Questão 3- Quais são as estratégias pedagógicas de ensino que você considera mais eficazes para atender às necessidades individuais das crianças com necessidades especiais na educação infantil?

1ª Professora. *Para que isso seja possível a escola precisa reconhecer os próprios desafios e encontrar estratégias pedagógicas para que as práticas discriminatórias sejam superadas por meio de um sistema educacional inclusivo.*

2ª Professora. *Estratégias que contribuirão com o fazer docente no espaço escolar, dentre estas o ensino colaborativo, a tutoria por pares, o ensino diferenciado e plano educacional individualizado.*

3ª Professora. *Conhecer as necessidades da criança e planejar de acordo com elas, manter uma rotina com jogos, brinquedos e brincadeiras. Por exemplo, quebra-cabeça, jogo da memória, caça-palavras, entre outros.*

4ª Professora. *O ensino individualizado, os professores podem usar recursos materiais e recursos diferenciados de acordo com a capacidade de cada criança, aprendizagem cooperativa que promove interação entre as crianças, parceria com os pais, pois eles conhecem seus filhos, eles podem fornecer informações valiosas para o desenvolvimento e outros.*

5ª Professora. *Tornar a aprendizagem divertida com jogos e brincadeiras, reconhecer e comemorar as conquistas, ensino diferenciado, aulas expositivas, dialogadas, entres outros.*

6ª Professora. *Buscar estratégias que visem desenvolver competências socioemocionais que favoreçam futuramente as competências leitora e escritora.*

Observa-se que as estratégias mais eficazes para atender às necessidades individuais das crianças com necessidades especiais na educação infantil, foram: ensino diferenciado e individualizado, rotina com jogos, brinquedos e brincadeiras, parceria da escola com a família principalmente com os pais.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir a igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular (MANTOAN, 2006, p. 16).

A citação de Mantoan (2006) sugere que a desigualdade de tratamento, que pode ter sido perpetuada por sistemas de ensino segregadores, pode ser superada através da abordagem inclusiva. Ao promover a inclusão, as escolas estão trabalhando para restaurar a igualdade de oportunidades e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e equitativa.

No entanto, é importante reconhecer que a implementação da inclusão escolar pode ser complexa e desafiadora, exigindo mudanças nas atitudes, práticas e políticas educacionais. Para que a inclusão seja eficaz, é necessário o envolvimento de todos os stakeholders, incluindo educadores, famílias, comunidades e formuladores de políticas.

Questão 4- Como você efetiva didaticamente estas estratégias consideradas mais eficazes?

1ª Professora. Aulas práticas de recuperação, levantamento de conhecimentos prévios, aulas expositivas, memorização prolongada.

2ª Professora. Planejamento para promover a inclusão em sala de aula como: respeitar a individualidade dos alunos; fazer atividades em grupos mesclando a turma e promover campanhas em prol da diversidade na escola.

3ª Professora. Planejamento de acordo com elas e colocando-as nas rotinas.

4ª Professora. Conhecendo os alunos, suas necessidades, planejamento diferenciado com base no conhecimento de cada aluno, utilizando variedades de materiais e recursos didáticos.

5ª Professora. De grande valia no aprendizado, utilizando maneiras diversificadas em prol desses acompanhamentos, contribuindo e despertando neles mais a vontade de participar das atividades.

6ª Professora. *Propor atividades em grupos que estimulem os demais alunos a interagirem com a criança especial, de modo colaborativo e respeitoso.*

Compreende-se que por meio das respostas apresentadas percebe-se que as estratégias pedagógicas mais eficazes de ensino desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e no atendimento às necessidades individuais das crianças com necessidades especiais na educação infantil.

Em resumo, as estratégias pedagógicas adaptadas são essenciais para garantir que todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades especiais, tenham a oportunidade de se beneficiar de uma educação de qualidade e alcançar seu pleno potencial. Elas promovem a inclusão, a equidade e o respeito pela diversidade, criando ambientes de aprendizado enriquecedores e significativos para todas as crianças.

Questão 5- Qual é o papel dos pais, professores e profissionais de apoio na inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil?

1ª Professora. *Aos pais cabe um papel determinado, fornecendo a equipe escolar informações importantes sobre as necessidades da criança, é fundamental a família colaborar nas atividades de aprendizagem.*

2ª Professora. *O papel do professor na Educação Inclusiva é de ser facilitador no processo de aprendizagem e contribuir na evolução de seus alunos através do planejamento contínuo e o respeito mútuo entre eles.*

3ª Professora. *Ambos precisam conhecer, entender e principalmente respeitar a criança, o seu tempo e necessidades.*

4ª Professora. *Os pais devem compartilhar informações sobre as necessidades de seus filhos, os professores precisam criar um ambiente inclusivo e acolhedor, já os profissionais de apoio necessitam desempenhar um papel crucial nas avaliações em relação as necessidades da criança, podem fornecer também orientações aos pais e professores para a inclusão das crianças.*

5ª Professora. *Os pais devem ser participativos e ativos nessa fase tão importante, ajudar e favorecer o desenvolvimento, visando a autonomia gradativa dos alunos, estimular os alunos a tomarem suas próprias decisões.*

6ª Professora. *O papel do colaborador é compreender que a criança precisa vivenciar relações com o meio, como qualquer outra criança, para que possa desenvolver suas capacidades e se apropriar de conhecimento através dessa vivência.*

Nota-se que as professoras participantes da entrevista ressaltam o quanto é importante a presença da família na escola, pois ela dará apoio necessário aos

professores, aos profissionais e a toda comunidade escolar sobre a inclusão de seus filhos, o que facilitará uma boa relação entre todos os envolvidos.

[...] a inclusão escolar deve ter início a partir da adequação das três estruturas da dinâmica escolar citadas anteriormente e do levantamento de alternativas que favoreçam o desenvolvimento dos alunos. É de extrema relevância analisar se o ambiente de aprendizagem é favorável, se ocorreu a eliminação de barreiras arquitetônicas, sonoras e visuais, se existe oferta de recursos audiovisuais, se os currículos estão adequados à realidade dos alunos e, também, se toda a comunidade escolar está sensibilizada para atender a criança com deficiência com consideração e respeito (LAZZARETTI; FREITAS, 2016, p.09).

A abordagem proposta destaca a importância de considerar uma variedade de fatores para garantir uma inclusão escolar eficaz. Ela enfatiza que a inclusão não é apenas sobre trazer alunos com deficiência para a sala de aula, mas também sobre criar um ambiente que os apoie e permita que eles alcancem seu potencial máximo, enquanto promove uma cultura de respeito, compreensão e igualdade.

Segundo Kelman, “A família é o primeiro e provavelmente o principal grupo social em que convivemos, pois é nela que o indivíduo aprende a conquistar a individualidade e independência” (2010, p. 38).

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento inicial de uma criança. É dentro do contexto familiar que as primeiras interações sociais ocorrem, e é onde muitos aspectos básicos do desenvolvimento emocional, cognitivo e social são moldados. A família é a principal fonte de apoio emocional, segurança e aprendizado nos estágios iniciais da vida.

Questão 6- Você considera que o ambiente da sala de aula esteja adequado e acessível para crianças com necessidades especiais? Por quê?

1ª Professora. Não, porque para isso é preciso espaço físico, rampas de acesso e, principalmente, o nivelamento do piso nas áreas externas, para que o aluno possa chegar até as salas de aula, biblioteca, refeitório, quadra e demais ambientes.

2ª Professora. Não, porque o ideal é colocar rampas de acesso e nivelar o piso principalmente nas áreas externas que permitem que o aluno chegue sem dificuldades até as salas de aula, biblioteca, quadra, cantina e demais ambientes.

3ª Professora. A maioria das escolas ainda não possuem essa acessibilidade, pelo menos não como deve ser.

4ª Professora. *Bom, considero por promover uma acolhida de acordo com o nível de cada criança mais devido ser um ambiente com pouco espaço acaba deixando a desejar, porque sabe-se que cada criança deve ser atendida de acordo com sua necessidade.*

5ª Professora. *Sim. Porque sempre está limpo, atraente, são bem acolhidos, respeitados, aceitos, onde podem interagir sendo ativos e participativos no processo de ensino-aprendizagem.*

6ª Professora. *Considera-se que em algumas escolas o ambiente de sala de aula não é adequado pois o espaço físico é pequeno e não há recursos pedagógicos que possibilite ao professor dinamizar as atividades de modo a priorizar “o brincar e o lúdico”.*

Verifica-se mediante as respostas fornecidas pelas participantes da entrevista que o ambiente da sala de aula não é adequado e muito menos acessível para as crianças com necessidades especiais, muitas estruturas precisam ser inseridas e modificadas.

Existem várias razões pelas quais a maioria das escolas ainda enfrenta desafios em relação à acessibilidade para crianças com necessidades especiais, como: falta de conscientização, recursos financeiros limitados, falta de capacitação, barreiras arquitetônicas existentes, falta de normas e regulamentações, cultura e atitudes, falta de apoio governamental, desafios logísticos.

Para superar esses obstáculos, é necessário um esforço conjunto entre educadores, pais, comunidades, formuladores de políticas e sociedade em geral. A conscientização, a capacitação, a colaboração e o compromisso com a inclusão são elementos essenciais para criar ambientes escolares verdadeiramente acessíveis e inclusivos para todas as crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil é um tema de extrema importância e complexidade, que exige uma abordagem abrangente e sensível por parte dos educadores. A análise a partir da perspectiva dos professores revela desafios e oportunidades significativos nesse processo.

Os professores desempenham um papel crucial na criação de ambientes educacionais inclusivos, onde cada criança, independentemente de suas habilidades ou características, possa participar plenamente e se desenvolver de maneira integral. No entanto, essa tarefa não é isenta de obstáculos. Os desafios podem variar desde a falta de recursos adequados e treinamento específico até a necessidade de adaptar estratégias de ensino para atender às diversas necessidades dos alunos.

No entanto, a perspectiva dos professores também destaca as inúmeras oportunidades e recompensas associadas à inclusão. Através da adaptação de estratégias pedagógicas e da criação de ambientes de aprendizado acolhedores e diversificados, os educadores podem não apenas atender às necessidades individuais das crianças com necessidades especiais, mas também enriquecer a experiência de aprendizagem de todos os alunos. A inclusão promove a troca de conhecimentos, a construção de relacionamentos empáticos e o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais para a vida em sociedade.

Conforme os professores compartilham suas experiências e reflexões sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil, fica claro que a colaboração entre educadores, famílias, profissionais de saúde e especialistas em educação é fundamental para alcançar resultados positivos. A formação contínua dos professores, aliada a uma maior conscientização e sensibilização da sociedade, contribui para a criação de um ambiente onde cada criança é valorizada e respeitada por sua singularidade.

Ainda em análise, a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil é mais do que uma questão educacional, é uma expressão de valores sociais e humanos fundamentais, como igualdade, respeito e diversidade. À medida que educadores se esforçam para superar desafios e abraçar as oportunidades, estão contribuindo para a construção de um futuro mais inclusivo e equitativo, onde todas as crianças podem crescer, aprender e florescer juntas.

Conclui-se que os resultados da pesquisa foram alcançados, pois os participantes mediante suas respostas, mostraram o desenvolvimento de estratégias eficazes para envolver todos os alunos, promovendo a interação e colaboração. E, ainda enfatizaram a importância da participação ativa dos professores em programas de formação e desenvolvimento profissional relacionados à inclusão.

Portanto, não podemos esquecer que ainda existem determinadas dificuldades, como: limitação de recursos financeiros, materiais e humanos para apoiar as práticas inclusivas; falta de acesso a tecnologias assistivas e materiais adaptados; dificuldades na prevenção ou resolução de situações de bullying ou exclusão social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **Educação inclusiva: Jogos para o ensino de conceitos**. Campinas Papyrus, 4ª edição 2004.

ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v.32, n.1, p.327-342, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos, Brasília, DF, 5 out. 1988. Tit. VIII, Cap. III, Sec. I. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15/03/2023.

BRASIL. **Portaria n. 1793**. Brasília, 1994.

_____. **Decreto n. 3298**. Brasília, 1999.

_____. **Resolução n. 1 que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores em Educação Básica**. Brasília, 2002

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva. Documento subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 16/03/2023.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15/03/2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível

em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 16/03/2023.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. 2.ed. Brasília, DF: Cortez Editora, 1998.

FÁVERO, M. L. A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, N. (Ed.) **Formação de professores: pensar e fazer**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 53-71.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5ªed. Editora Positivo. 2010.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In GOÉS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2 ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz. Carlos. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002.

GARCIA, L.B. et al. Reflexões sobre o processo de inclusão escolar na perspectiva da família. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.15, n.87-88, p.21-5, 2006.

GUENTHER, Z. C. O Aluno bem-dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. In: **Revista Escritos sobre Educação**, Ibitiré, vol. 2, n.1, p.43-54, jan-jun, 2003.

INGLES, M.A; SCHNECKENBERG, M; GASPARELO, R. R. S. **Políticas de educação inclusiva para a formação de professores: uma revisão sistemática**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1046-0.pdf> Acesso em:19/05/2023.

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.

LAZZARETTI, B.; FREITAS, A. S. **Família e escola: O processo de inclusão escolar de crianças com deficiência**. Caderno Intersaberes. vol. 5, n.6, p.1-13, 2016.

LIMA, M. Educação de qualidade: diferentes visões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.16, p.128-131, 2001.

LIMA. P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

LIMA, H.T.S. O papel do professor no contexto inclusivo: uma reflexão a partir da teoria de subjetividade. **E-Revista Facitec**, v.4, n.1, 2010.

MANTOAN, M.T.E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MIRANDA, M.J.C. **Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá 2001**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_cidadania_e_intercultura/Trabalho/02_33_56_t877.pdf>. Acesso em: 18/03/2023.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Trad.: Windy Brazão Ferreira, Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, M. A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação. **Construindo o Serviço Social**, n.16, p.59-87, 006.

OLIVEIRA, M. A. M.; SOUZA, S. F. Políticas para a inclusão. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 245-261, out./dez. 2011. Editora UFPR.

OLIVEIRA, G. **A prática Supervisiva na Educação Especial** Educar no Campo. 2009. Disponível em <<http://educarnocampo.blogspot.com.br/2009/08/pratica-supervisiva-na-educacao.html>> Acesso em: 17/07/2023.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

RODOVALHO, J.X. Ensino especial e educação inclusiva: direito dos portadores de necessidades educativas especiais. **Revista Científica Ciência e Cultura**, n.2, p.77-85, 2005.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos os no século XXI**. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Inclusão: Revista da Educação Especial. Ano I. nº 01. outubro/2005. Brasília: MEC/SEESP.

SILVA, A.C. Escola e família: uma parceria em prol da escola inclusiva. Fórum Crítico da Educação - **Revista do ISEP**, v.1, n.2, p.41-55, 2003.

SILVA, A.C. et al. Concepções de professores da rede pública de ensino sobre inclusão escolar. **Revista EFDeportes.com [Revista Digital]**, Buenos Aires, v.16, n.164, 2012.

STRIEDER, R.; ZIMMERMANN, R. L. G. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem.** 2013. Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/esporte/a-inclusaoescolar-e-os-desafios-da-aprendizagem/54823>>. Acesso em: 21/03/2023.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLEDO, E.H.; MARTINS, J.B. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE, 9. / ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA-ESBP-ABPP, 3., 2009, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3298_1675.pdf>. Acesso em: 19/03/2023.

VITALIANO, C. R. **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Londrina, PR: EDUEL, 2010.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. **Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo.** Revista do Centro de Educação, n. 18 – ed. 2001.

APÊNDICE**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA****QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA**

1 Que avanços você identifica em sua escola que favorecem a realização da prática da inclusão em sala de aula?

2 Que dificuldades você identifica na realização da prática da inclusão em sala de aula?

3 Quais são as estratégias pedagógicas e de ensino que você considera mais eficazes para atender às necessidades individuais das crianças com necessidades especiais na educação infantil?

4 Como você efetivam didaticamente estas estratégias consideradas mais eficazes?

5 Qual é o papel dos pais, professores e profissionais de apoio na inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil?

6 Você considera que o ambiente da sala de aula esteja adequado e acessível para crianças com necessidades especiais? Por quê?
